

*Brasília, 14 de maio de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Agência O Globo

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Patentes

**Angelalign Technology Inc. (6699.HK) aplaude rejeição, pelo Tribunal Europeu, da d...** ..... 3

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Direitos Autorais

**Novos Baianos: saiu a sentença na disputa judicial envolvendo os ex-integrantes** ..... 5

## Migalhas

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Sigilo fiscal e propriedade industrial: Inoponibilidade** ..... 6

## MSN Notícias

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Direitos Autorais

**Reimont defende direitos autorais na regulamentação da IA** ..... 10

## Economia & Negócios - Estadão

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Ronaldo Lemos: Corremos o risco de regular IA no Brasil com leis antigas e inspir...** ..... 11

## Terra - Notícias

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Direitos Autorais

**Artistas brasileiros geraram quase R\$ 2 bilhões de royalties em 2025, aponta pesq...** ..... 13

## Folha.com

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | Pirataria

**Taxa das blusinhas: isenção é eleitoreira, dizem deputados** ..... 16

## G1 - Globo

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Em meio à crise, BRB firma aditivo de R\$ 42 milhões para uso da marca do Flamen...** ..... 18

## O Globo Online

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | Direitos Autorais

**Em Cannes, Demi Moore diz que combater inteligência artificial no cinema é 'uma b...** ..... 20

## Agência Senado

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Direitos Autorais

**Projeto destina recursos de músicas em domínio público para preservação cultural** ..... 22

## Portal iG

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

**Shein e Temu entram em batalha judicial sobre cópia em escala industrial** ..... 23

## Angelalign Technology Inc. (6699.HK) aplaude rejeição, pelo Tribunal Europeu, da demanda por violação de patente

Tecnologia /

Angelalign Technology Inc. (6699.HK) ("Angel") (<http://www.angelaligner.com>) afirmou hoje estar grata pela Divisão Local de Düsseldorf (Alemanha) do Tribunal Unificado de Patentes ter rejeitado o pedido da Align Technology Inc. (ALGN) para que a Angel cessasse o uso de sua Solução de Extração de Premolares A7.

Angel negou que o protocolo de movimentação dentária A7 infrinja quaisquer patentes, conforme alegado pela Align Technology Inc. (ALGN). O tribunal rejeitou o pedido da Align para que Angel interrompesse liminarmente o uso do recurso, decisão que Angel aplaudiu.

"Respeitamos a decisão da Divisão Local de Düsseldorf e continuaremos defendendo que a Angel não violou nenhuma **patente** válida", afirmou o Dr. Arno Riße, advogado da Angel no escritório de advocacia Arnold Ruess, em Düsseldorf. "Agradecemos a decisão do tribunal de não conceder o pedido de medidas cautelares da Align. A Angel leva os direitos de **propriedade intelectual** a sério e tem o cuidado de não infringir **patentes** legítimas."

"Negamos categoricamente as alegações de violação de **direitos autorais** e estamos plenamente confiantes em nossa posição", acrescentou Richard Hirschland, Diretor Comercial e Vice-Presidente Sênior da Angel. "Esperamos continuar usando o processo judicial para contar a história de sucesso da Angel e ajudar a atrair mais clientes para a empresa em todo o mundo."

Durante seus mais de 20 anos de história, a Angel possui uma rica tradição de inovação clinicamente comprovada. Há muitos anos, lideramos com orgulho o mercado de alinhadores transparentes em inovação. Entre nossos produtos de ponta, se destacam o premiado angelButton, o angelHook, o sistema de avanço mandibular A6 (que celebra seu décimo aniversário), o sistema angel KiD e o Intelligent Root System. A empresa está comprometida em promover uma concorrência justa e saudável no mercado, beneficiando médicos e seus pacientes.

Os produtos da Angel recebem regularmente altas pontuações de satisfação dos médicos. Nosso sistema de fabricação flexível tem sido amplamente elogiado por transformar ideias clínicas complexas em soluções viáveis. Estas inovações, impulsionadas por uma cultura corporativa que prioriza o bem-estar de funcionários e clientes, levaram a um crescimento mundial impressionante da Angel, que deverá continuar.

Sobre a Angelalign Technology Inc.

Fundada em 2003 e celebrando mais de 2 milhões de sorrisos ao redor do mundo, a Angelalign Technology Inc. (HK:6699) (Angel Aligner) fornece produtos e serviços de alinhadores transparentes com tecnologia digital para atender às necessidades de profissionais da odontologia e pacientes em todo o mundo. Atualmente, a segunda maior empresa de alinhadores do mundo, o portfólio inovador da empresa, que inclui o sistema de alinhadores KiD, o angelButton, o Avanço Mandibular A6, o angelHook e a plataforma de planejamento digital iOrtho®, reflete mais de 23 anos de inovação clínica e uma missão de oferecer Complexidade com Confiança para ortodontistas e seus pacientes. Cotada na Bolsa de Valores de Hong Kong em 2021, a Angelalign lançou sua estratégia de expansão mundial em 2023, com produtos e serviços agora presentes em mais de 60 países e regiões. A Angel Aligner entrou no mercado norte-americano há três anos e vem se expandindo com rapidez, inclusive com uma nova fábrica de 52 mil pés quadrados (4.831 m²) nos EUA. em [www.angelaligner.com](http://www.angelaligner.com)

O texto no idioma original deste anúncio é a versão oficial autorizada. As traduções são fornecidas apenas como uma facilidade e devem se referir ao texto no idioma original, que é a única versão do texto que tem efeito legal.

Ver a versão original em [businesswire.com](https://www.businesswire.com/news/home/20260512380638/pt/): <https://www.businesswire.com/news/home/20260512380638/pt/>

Contato:

Contato para a mídia:

Continuação: Angelalign Technology Inc. (6699.HK) aplaude rejeição, pelo Tribunal Europeu, da demanda por violação de patente

Sue Kolb

sue.kolb@angelaligner.com

Fonte: BUSINESS WIRE

## Novos Baianos: saiu a sentença na disputa judicial envolvendo os ex-integrantes



Herdeiros de Luiz Galvão acusavam Baby do Brasil e demais integrantes de irregularidades

Saiu na segunda-feira, dia 11, a decisão da 44ª Vara Cível do Rio que julgou improcedente a ação movida pelos herdeiros do músico Luiz Galvão contra Baby do Brasil, Pepeu Gomes e Paulinho Boca de Cantor, todos ex-integrantes da banda Novos Baianos.

A ação alegava inadimplência contratual, falta de prestação de contas e ausência de repasses financeiros ao compositor, referentes a shows e à exploração comercial da marca do grupo entre 2016 e 2022. Ainda cabe recurso.

Os herdeiros cobravam, entre outros pontos, o pagamento de 20% das receitas, indenização por danos morais e o reconhecimento de direitos sobre o uso da marca. Um dos pedidos exigia o pagamento de R\$ 1 milhão por **direitos autorais**.

Na decisão, porém, a Justiça entendeu que não houve comprovação de descumprimento contratual. Segundo a sentença, um acordo firmado em 2020 entre os integrantes da banda estabeleceu novas regras para a exploração da marca, prevendo que o uso do nome em shows não geraria obrigação de pagamento entre os membros.

O juiz também destacou que não foram apresentadas provas suficientes de que os réus tenham firmado contratos comerciais com terceiros sem repassar valores devidos ao autor.

Ancelmo Gois Notícias sobre Rio, samba, natureza e cultura

## Sigilo fiscal e propriedade industrial: Inoponibilidade



A atividade fiscalizatória aduaneira, fundamentada no art. 237 da CF/88, exerce um controle indispensável sobre o fluxo internacional de mercadorias, visando garantir a lealdade comercial, a proteção do mercado interno e a segurança da sociedade. No exercício deste poder-dever, a autoridade administrativa frequentemente depara-se com o conflito entre a proteção de dados do importador e a necessidade premente de individualizar o infrator em casos de retenção de mercadorias contrafeitas.

A problemática central deste estudo reside na interpretação do alcance do sigilo fiscal, previsto no art. 198 do CTN - Código Tributário Nacional, frente ao direito fundamental de acesso à justiça, garantido pelo art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. O cerne da controvérsia é determinar se o fornecimento do CNPJ de um importador de carga ilícita ao titular do direito de marca configura uma violação da reserva fiscal ou se, diversamente, constitui um ato administrativo vinculado para a efetivação da tutela jurisdicional. Conforme se demonstrará, a **propriedade intelectual** no ordenamento jurídico brasileiro é funcionalizada ao interesse social e ao desenvolvimento econômico, exigindo que o sistema de repressão a ilícitos seja dotado de plena eficácia.

A natureza jurídica do CNPJ e a distinção analítica de dados

A correta solução do conflito exige, preliminarmente, uma distinção técnica entre dados de identificação civil/comercial e dados de intimidade econômica. Segundo o entendimento clássico do Direito Tributário, o sigilo fiscal visa resguardar a "situação econômica ou financeira" e a "natureza e o estado dos negócios" do contribuinte. Tais informações compõem o que a doutrina contemporânea denomina de "dados do ter", abrangendo o conteúdo substancial do patrimônio, margens de lucro, estratégias de mercado e balanços internos.

Diferentemente dessas informações sensíveis, o CNPJ possui natureza de dado cadastral público. A identificação básica de uma empresa - que inclui sua denominação social, endereço e número de inscrição - não revela, de forma isolada, a saúde financeira do sujeito passivo. Trata-se de elementos de individualização que o próprio ente fornece habitualmente em suas relações contratuais, notas fiscais e registros públicos.

Conforme o entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores, a divulgação de informações meramente cadastrais não configura quebra de sigilo fiscal, uma vez que tais dados não integram o núcleo duro da privacidade protegida pela reserva constitucional. O CNPJ funciona como um selo identificador da autoria de atos no mundo comercial. Quando uma pessoa jurídica transpõe fronteiras nacionais com mercadorias ilícitas, o número de seu registro deixa de ser um dado neutro para tornar-se o elemento indispensável para a atribuição de responsabilidade. O anonimato, em tal contexto, perde sua razão de ser, pois a proteção da privacidade não pode ser transmutada em anteparo para a ocultação de condutas espúrias ou para a imunidade ao ilícito.

O escopo do art. 198 do CTN

O artigo 198 do CTN estabelece a vedação à divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo. Contudo, essa norma não possui caráter absoluto. A hermenêutica constitucional contempo-

rânea prescreve que as normas de sigilo são mandamentos de otimização que devem ser harmonizados com outros fins constitucionalmente legítimos,

como a moralidade administrativa e a lealdade concorrencial.

A restrição imposta pelo sigilo fiscal deve ser lida em conjunto com o dever de transparência do Estado. Segundo a teoria da transparência administrativa, o sigilo só se justifica quando for imprescindível para a segurança da sociedade ou para o resguardo da intimidade lícita. Na hipótese de retenção aduaneira por contrafação, o dado solicitado (CNPJ) não atinge a substância econômica interna da empresa, servindo apenas para identificar a autoria de uma infração aduaneira e, potencialmente, de um crime contra a **propriedade industrial**.

Portanto, a interpretação literal e isolada do art. 198 do CTN que impeça a identificação de um infrator configuraria uma aplicação desproporcional da regra. O Direito Tributário não pode ser utilizado como um "manto protetor" para acobertar fraudadores. Ao contrário, a reserva fiscal existe para proteger a confiança do contribuinte cumpridor de seus deveres, e não para garantir o anonimato de quem opera à margem da lei.

O princípio da lesividade e as repercussões sistêmicas da contrafação

O Princípio da Lesividade, no âmbito do Direito Aduaneiro Internacional, aponta que o bem jurídico primordialmente protegido é o controle aduaneiro, compreendido como um instrumento essencial para a segurança da economia nacional e da sociedade. A entrada de produtos contrafeitos em território nacional gera lesões multidimensionais que superam largamente o eventual incômodo da perda de anonimato do infrator.

Do ponto de vista macroeconômico, a pirataria acarreta a evasão de divisas e a redução drástica da arrecadação tributária, subtraindo recursos que o Estado deveria canalizar para serviços fundamentais. Além disso, a contrafação alimenta o financiamento de redes criminosas organizadas e a lavagem de dinheiro por meio de transações comerciais, desestruturando a segurança pública. Há, ainda, o fenômeno da "falha de mercado" (market failure), no qual o contrafator apropria-se indevidamente do investimento alheio em inovação e marketing, desestimulando o desenvolvimento tecnológico autôno-

mo do país, em afronta ao art. 219 da Constituição Federal.

No aspecto social, os riscos à saúde pública são severos, especialmente no caso de fármacos, alimentos ou insumos industriais falsificados que não atendem aos padrões sanitários mínimos. Perante a magnitude desses danos coletivos, a suposta "lesão" ao sigilo de um dado cadastral público de quem pratica o ilícito revela-se insignificante. O interesse público na repressão de infrações que lesionam o mercado interno e colocam em risco o consumidor sobrepõe-se à pretensão de reserva identificadora do autor do dano.

Acesso à justiça e a instrumentalidade do art. 57 do acordo TRIPS

O direito fundamental de acesso à justiça, consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não se limita ao direito de petição, mas abrange a garantia de uma prestação jurisdicional efetiva. Para que o titular de um direito de **propriedade industrial** possa buscar a tutela de seus bens, é pressuposto lógico e jurídico a identificação do polo passivo da demanda.

Neste cenário, o art. 57 do acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio), incorporado ao ordenamento brasileiro, estabelece que as autoridades competentes têm o poder de informar ao titular do direito o nome e o endereço do importador para fundamentar suas pretensões legais contra a infração. Essa norma internacional dialoga diretamente com o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

A recusa da autoridade aduaneira em fornecer o CNPJ do infrator tornaria inócuo o direito de propriedade garantido pelo art. 5º, inciso XXII, da Constituição. Sem a identificação, o titular fica impossibilitado de exercer o jus perseguendi, transformando a garantia constitucional de propriedade plena em mera promessa formal. A instrumentalidade do art. 57 do TRIPS serve, portanto, como ponte necessária entre a constatação do ilícito na fronteira e a efetiva reparação judicial do dano.

O dever de proteção estatal e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais

Sob a ótica da doutrina constitucional contemporânea, os direitos fundamentais não geram apenas direitos de defesa contra o Estado, mas também



deveres de proteção estatal. Isso significa que o Poder Público tem a obrigação de atuar ativamente para resguardar os bens jurídicos dos cidadãos contra agressões provenientes de terceiros.

No contexto das retenções aduaneiras, a omissão da administração pública em identificar o autor de uma contrafação configuraria o que se denomina "proteção deficiente" (Untermaßverbot). Ao priorizar o sigilo de um dado cadastral de quem comete um ilícito em detrimento da identificação necessária para o processo judicial, o Estado estaria chancelando a agressão à **propriedade industrial** e falhando em seu dever de garantir a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

A comunicação desse dado para fins de persecução de ilícitos configura, tecnicamente, uma transferência lícita de sigilo. Conforme tese fixada em repercussão geral pelo STF, o dever de reserva deslocasse da autoridade administrativa para o destinatário da informação e para o bojo do processo judicial, onde a confidencialidade será mantida sob cláusula de segredo de justiça. Assim, a proteção do dado permanece intacta no plano jurídico, enquanto se viabiliza a punição do infrator e a proteção do direito lesado.

A ponderação de interesses e o teste da proporcionalidade

A resolução da colisão entre a privacidade do infrator e o acesso à justiça do titular da marca opera-se mediante a técnica da ponderação de interesses, orientada pelo princípio da proporcionalidade em suas três vertentes:

a) Adequação: A divulgação do CNPJ é o meio idôneo para atingir o fim legítimo, que é a individualização do réu para que se instale a relação jurídica processual. Sem esse dado, o processo judicial resta inviabilizado ab initio.

b) Necessidade: A medida é necessária por ser a menos gravosa entre as disponíveis. O CNPJ é um dado identificador público que não devassa informações financeiras sensíveis ou internas. Não existe outro meio menos intrusivo que permita a citação judicial do responsável pela carga sem a colaboração estatal.

c) Proporcionalidade em sentido estrito: Ao realizar o sopesamento, verifica-se que o benefício social da manutenção da lealdade concorrencial, da proteção do consumidor e da saúde pública supera largamen-

te o ônus individual de revelar o número identificador de uma empresa envolvida em fraude aduaneira. Manter o anonimato de quem atenta contra a ordem econômica seria um excesso de proteção ao infrator em detrimento de toda a coletividade.

Portanto, o sopesamento não ocorre no vácuo, mas considera as cargas de importância dos princípios em rota de colisão. O direito de acesso à justiça e a proteção da propriedade plena possuem, neste caso, peso manifestamente superior ao sigilo de um dado de identificação empresarial.

### Conclusão

Diante de todo o arcabouço normativo e analítico exposto, conclui-se que a divulgação do CNPJ do contribuinte pela autoridade aduaneira, em casos de retenção de mercadorias com indícios fundamentados de contrafação, não configura violação ao sigilo fiscal previsto no art. 198 do CTN.

A natureza cadastral e pública do CNPJ exclui tal informação do núcleo essencial da intimidade econômica. O fornecimento deste dado ao titular do direito de propriedade lesado constitui ato administrativo vinculado ao dever de proteção estatal e ao cumprimento das obrigações internacionais assumidas no art. 57 do Acordo TRIPS. A identificação do infrator é requisito essencial para viabilizar o acesso à justiça e a preservação da ordem econômica nacional contra o parasitismo e a pirataria, garantindo que o sigilo fiscal não se torne um salvo-conduto para o cometimento de ilícitos comerciais.

---

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. BRASIL.

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. BRASIL.

Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Regula a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. BRASIL.

Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 1.055.941/SP (Tema 990). Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, DF, 4 de dezembro de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Acordo sobre Aspectos dos Direitos de



**Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS). Marraqueche, 1994. Promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

---

ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução à **Propriedade Intelectual**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FAZOLO, Diogo Bianchi. Infrações aduaneiras à luz do direito aduaneiro internacional. São Paulo: Caput Libris; NSM Editora, 2024.

SANTOS, Antonio Marcus dos; BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. Proteção Constitucional ao Sigilo e Fiscalização Tributária no Brasil. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARMENTO, Daniel. A Ponderação de Interesses na Constituição Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

TREVISAN, Rosaldo. O imposto de importação e o Direito Aduaneiro Internacional. São Paulo: Aduaneiras, 2018.

VASCONCELOS, Antonio Vital Ramos de. Proteção constitucional ao sigilo. Revista Justitia, São Paulo, v. 54, n. 159, p. 35-50, jul./set. 1992.

Leonardo Santana Advogados - Daniel Advogados  
Inteligência, Direito Penal e Combate à Pirataria

Graduação em Direito - UERJ

Daniel Advogados

## Reimont defende direitos autorais na regulamentação da IA



247 - O deputado federal Reimont (PT-RJ) enviou, na segunda-feira (12), um ofício ao relator da Comissão Especial que analisa o Projeto de Lei 2338/2023, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), manifestando preocupação com possíveis mudanças no texto da proposta que regulamenta a Inteligência Artificial no Brasil.

Segundo Reimont, há denúncias recorrentes de que parlamentares articulam a retirada do capítulo relacionado aos **direitos autorais** do projeto. Para o deputado, a exclusão dessas garantias seria inconstitucional e colocaria em risco direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Continue lendo no Brasil 247

No documento encaminhado ao relator, o parlamentar destaca que os **direitos autorais** representam uma "proteção constitucional indispensável à valorização da cultura, da criação intelectual e da dignidade do trabalho artístico e criativo em nosso país".

Reimont também defendeu que a regulamentação da Inteligência Artificial precisa respeitar princípios constitucionais fundamentais. "É imprescindível que a regulamentação da inteligência artificial avance em consonância com os princípios constitu-

cionais da centralidade da pessoa humana, da valorização do trabalho e da proteção à produção cultural brasileira", afirmou.

Entidades representativas de autores, escritores, músicos, intérpretes, roteiristas, fotógrafos e jornalistas têm denunciado uma possível manobra que beneficiaria empresas de tecnologia. De acordo com essas organizações, a retirada das regras de proteção autoral abriria espaço para que big techs utilizassem obras intelectuais, incluindo pesquisas e teses acadêmicas, no treinamento de plataformas de Inteligência Artificial sem autorização prévia nem remuneração aos criadores.

O deputado alertou ainda para os impactos jurídicos e econômicos que a mudança poderia provocar no setor cultural brasileiro. "A eventual retirada das salvaguardas relativas aos **direitos autorais** poderá permitir o uso indiscriminado de obras intelectuais para treinamento de sistemas de inteligência artificial sem autorização, transparência ou remuneração adequada aos titulares dos direitos, produzindo grave insegurança jurídica e impactos econômicos e sociais significativos para o setor cultural brasileiro", declarou Reimont.

O Projeto de Lei 2338/2023 é uma das principais propostas em tramitação no Congresso Nacional para estabelecer regras sobre o desenvolvimento e o uso de sistemas de Inteligência Artificial no país. O debate sobre **direitos autorais** tem se tornado um dos pontos centrais da discussão, especialmente diante do avanço acelerado das plataformas generativas de IA e do uso de conteúdos produzidos por artistas, pesquisadores e profissionais da comunicação.

Tags: Reimont Otoni

Leia as últimas notícias do 247

## Ronaldo Lemos: Corremos o risco de regular IA no Brasil com leis antigas e inspiradas na Europa



Abrir o resumoO consultor e pesquisador Ronaldo Lemos acredita que há risco de o Brasil aprovar uma legislação para inteligência artificial antiga, sem adaptações regionais e prejudicial para o desenvolvimento de uma tecnologia estratégica para o País. PUBLICIDADE Em palestra mediada por Erick Bretas, CEO do Estadão, no São Paulo Innovation Week (SPIW), maior festival global de tecnologia e inovação, Lemos lembrou que a lei europeia de 2019 serviu como base para a elaboração da legislação brasileira em discussão, mas a própria região já aprovou uma nova lei menos restritiva para manter a competitividade das empresas locais. "Meu temor é que o Brasil copie a Europa do passado e a lei de 2019, que nunca entrou em vigor totalmente lá, acabe vigorando aqui." O melhor festival global de tecnologia e inovação aterrissa em uma das cidades mais potentes do mundo. Garanta já o seu ingressoPUBLICIDADEEle ressalta a importância de uma legislação que seja de interesse do Brasil, não de outros países, e cita como exemplos Vietnã, Índia e Japão, que criaram regulações para IA próprias. Nos dois países que estão na fronteira da inovação quando o assunto é IA, Estados Unidos e China, a legislação também não foi feita de modo a restringir demais as empresas, destaca o cientista-chefe do Instituto de Tecnologia e Sociedade Rio (ITS-Rio). "Os EUA optaram por não regular a IA no âmbito federal por ser algo estratégico e fazer isso poderia atrasar a corrida.

Na China, a experiência é parecida. Tem legislações, mas não são centrais de modo a diminuir a competitividade. A China não regulou a IA com lei rígida, mas com políticas públicas flexíveis e adap-

táveis", diz Lemos. Licenciamento de conteúdoUm dos temas da discussão foi o acordo de US\$ 1,5 bilhão entre um grupo de escritores de livros liderado por Andrea Bartz e a Anthropic (dona do Claude AI). Segundo Lemos, ele estabelece um marco sem precedentes, sendo o maior valor já registrado em disputas envolvendo inteligência artificial e **propriedade intelectual**. PUBLICIDADEO especialista diz que o cerne da questão regulatória não reside no treinamento dos modelos em si, mas na procedência do material utilizado. A justiça norte-americana sinalizou que o uso de obras literárias para o desenvolvimento de IA pode ser considerado "fair use" (aceitável), desde que as cópias sejam obtidas de forma lícita.

O impasse jurídico surgiu porque a Anthropic recorreu a "shadow libraries" (acervos piratas) para acessar conteúdos que estavam disponíveis para compra legal no mercado, ferindo diretamente os direitos de licenciamento. Para Lemos, essa decisão cria um modelo de precificação e conduta que deve influenciar tribunais ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Ao estabelecer que o custo pela utilização de uma obra pirateada pode chegar a US\$ 3 mil por título, o sistema judiciário impõe uma penalidade financeira que, embora pareça expressiva isoladamente, torna-se uma fração administrável diante de aportes bilionários. Ou seja, na prática, o veredito valida que treinar modelos com livros originais é permitido por lei, transformando o licenciamento prévio não apenas em uma obrigação ética, mas em uma estratégia econômica mais segura para as empresas de tecnologia evitarem litígios ainda mais onerosos. Questionado por Lemos sobre o assunto, Bretas disse o Estadão que já fechou acordo com o Google para licenciar o uso do conteúdo jornalístico. "Já temos o Estadão Conteúdo para licenciamento.

Um jornal ou portal pode licenciar e usar o nosso conteúdo. É uma atividade de negócio. Quando uma plataforma de IA usa nosso conteúdo e o usuário deixa de ir ao site e aplicativo do veículo de comunicação para ler as notícias, o leitor passa a recorrer a ela para ler nossas informações. Esse é o

problema", diz Bretas. PUBLICIDADE

O CEO lembrou que a Folha de S.Paulo processou a OpenAI, assim como o New York Times fez nos EUA, pelo uso indevido de suas reportagens para o treinamento de seu modelo de IA. Segundo Lemos, o caso ocorre em um bom momento porque os EUA ainda não consolidaram se deve ser permitido treinar os modelos com esses conteúdos quando a atividade for transformativa, e não uma simples cópia. "Se a lei dos EUA passar a permitir o treinamento de modelos de IA por ser um uso transformativo, acabou. A porta para processos se fecha", diz. Folha processa OpenAI, do ChatGPT, por concorrência desleal e uso indevido de conteúdo IA na música. Para ele, o setor vai se adaptar à

IA e, em um futuro próximo, será possível que as pessoas peçam para ouvir playlists de músicas de IA para fazer exercícios ou para se concentrar no trabalho. SPIWO São Paulo Innovation Week, maior festival global de tecnologia e inovação, é realizado pelo Estadão em parceria com a Base Eventos, no Pacaembu e na Faap, entre esta quarta-feira, 13, e sexta, 15.

Entre os mais de 2 mil palestrantes convidados para os três dias do evento, estão especialistas brasileiros e estrangeiros em áreas como ciência, saúde, educação, agronegócio, finanças, mobilidade, geopolítica, esportes, sustentabilidade, arte, música e filosofia, entre muitas outras. Veja aqui a programação completa.

## Artistas brasileiros geraram quase R\$ 2 bilhões de royalties em 2025, aponta pesquisa do Spotify



Crescimento na plataforma em relação a 2024 foi de mais de 24%; funk é grande destaque do relatório anual Loud & Clear

O Spotify divulgou nesta segunda-feira, 11, seu relatório anual com números do seu sistema de pagamento de royalties a artistas e outros detentores da cadeia de **direitos autorais** da música no Brasil em 2025.



Foto: HBO / Adoro Cinema

Chamado de Loud & Clear, expressão em inglês que indica uma comunicação direta, o balanço já havia revelado recentemente, em sua versão global, um crescimento de mais de 10% da distribuição em relação a 2024, totalizando US\$ 11 bilhões, pouco mais de R\$ 54 bilhões.

Os números relacionados ao Brasil também pegaram ritmo acentuado, segundo o relatório da plataforma de música. Os artistas brasileiros

geraram quase R\$ 2 bilhões de royalties em 2025

no Spotify, quantia 24% maior do que no ano anterior. O balanço destaca, utilizando números da Pro-Musica/IFIP 9 (Federação Internacional da Indústria Fonográfica), que esse crescimento foi quase quatro vezes maior do que a aceleração do mercado de música gravada.

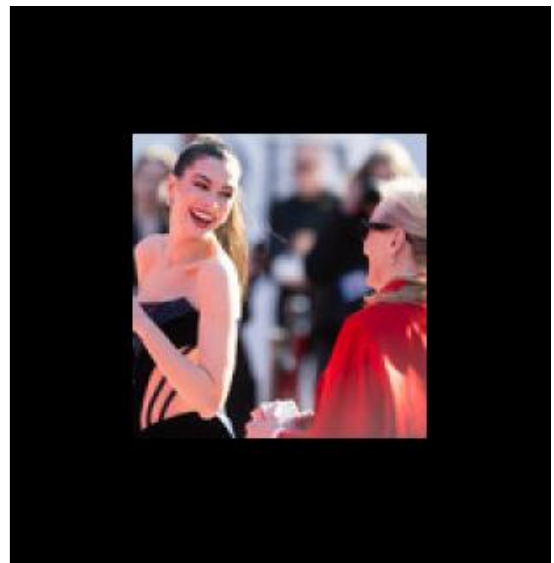


Foto: Adoro Cinema

Para número de comparação, o Spotify relacionou a soma com a bilheteria do cinema nacional em 2024, que fechou em R\$ 2,5 bilhões. Ou seja, na plataforma os ganhos gerados por artistas brasileiros equivalem a 80% de toda a arrecadação das salas de cinema.

A expansão da receita no Brasil está vinculada a outro dado já divulgado pela IFIP neste ano: O Brasil está no Top 8 mercados musicais do planeta pela primeira vez na história, subindo uma posição em relação a 2024. Atualmente, o streaming representa 87% de toda a receita da música gravada no País.



Continuação: Artistas brasileiros geraram quase R\$ 2 bilhões de royalties em 2025, aponta pesquisa do Spotify



Histórias intensas, universos fantásticos e comédias divertidas estão entre as novidades do streaming Foto: Arpan Bhatia | Shutterstock / Portal EdiCase

Outra informação que chama atenção no relatório é que, em 2025, o português teve o maior crescimento entre os principais idiomas musicais no Spotify. A alta foi de 26% em um ano e 51% em dois, superando inglês, espanhol e coreano, este último, idioma principal do K-pop, um fenômeno musical global.

É importante ressaltar que os dados divulgados pelo Spotify se referem à receita bruta dos royalties gerados. Esse dinheiro não vai direto para os artistas da música, mas sim para entidades de **direitos autorais** e editoras que os representam para, depois, o repasse ser feito de acordo com contratos firmados entre as partes.



Foto: HBO / Adoro Cinema

O Spotify também esclarece, junto com a pesquisa, que não há um valor fixo pago por play em uma música. O modelo de pagamento é baseado na participação do artista no total de streams (quantidade de vezes que o conteúdo foi reproduzido) da plataforma. Ou seja, se um artista é responsável por 1% dos streams de um país, ele recebe 1% dos royalties pagos nesse país. A receita das plataformas são

geradas pelos assinantes e anunciantes, em perfis que usam contas gratuitas.

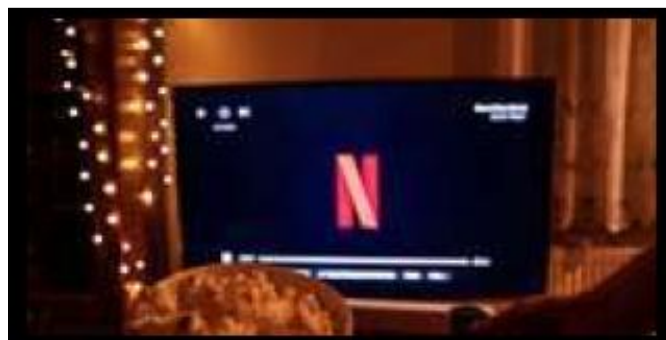
Funk brasileiro lidera destaque global



Foto: Adoro Cinema

Em relação à música brasileira, o funk foi o que mais se destacou a nível global. O gênero, ainda de acordo com os dados da pesquisa do Spotify, foi responsável por gerar mais de mais de US\$ 100 milhões em 2025, aproximadamente R\$ 491 milhões. O número aponta um avanço de 36% se comparado a 2024.

Como forma de validar sua atuação junto ao funk - que ocupa posição de destaque em sua lista de faixas mais ouvidas, ao lado do sertanejo pop, o aplicativo divulgou vídeos de artistas brasileiros contando sobre como a plataforma os ajudou no início da carreira.



Histórias intensas, universos fantásticos e comédias divertidas estão entre as novidades do streaming Foto: Arpan Bhatia | Shutterstock / Portal EdiCase

Uma das convidadas a opinar foi a cantora Anitta, que no mês de abril lançou um novo álbum, *Equilíbrio*, cuja música *Desgraça* está entre as 30 mais ouvidas no ranking do serviço atualmente.

"Foi importante para vencer o preconceito e mostrar onde o quão longe meu trabalho estava chegando, principalmente nos primeiros funks que eu fiz", diz a cantora no material. Para Anitta, um dos pontos positivos da plataforma é incentivar quem está começando, adicionando a música desses artistas em playlists - elas são oferecidas aos usuários



---

Continuação: Artistas brasileiros geraram quase R\$ 2 bilhões de royalties em 2025, aponta pesquisa do Spotify

separadas por tema, a fim de manter o circulação deles pelo maior número de faixas possíveis.

O rapper Veigh, com oito milhões de ouvintes mensais no aplicativo de música, aponta os mesmo motivos de Anitta - levar sua música adiante -, mas

ressalta ainda que a marca também faz o papel de lhe apresentar músicas novas lançadas por artistas de outros países. "Me trazem esse conteúdo para que eu tenha mais inspiração para trabalhar, me conecto com eles", diz.

## Taxa das blusinhas: isenção é eleitoreira, dizem deputados



A decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de isentar o imposto de 20% cobrado das remessas internacionais de até US\$ 50 (R\$ 245 em valores de hoje), conhecido como "taxa das blusinhas", foi classificada como eleitoreira por parlamentares nesta terça-feira (12).

Presidente da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil e de Confecção, o deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE) disse considerar que não faz sentido isentar um produto chinês enquanto o que é fabricado no Brasil segue sujeito aos mesmos impostos.

"Não sou contra baixar imposto, absolutamente, mas tem que dar as mesmas condições aqui também", afirmou. "É uma medida populista e eleitoreira."

Para o líder da oposição, deputado Cabo Gilberto (PL-PB), trata-se de "mais uma medida eleitoreira" do governo. "Eles trabalharam pela taxa no Congresso, gerou desgaste, e agora faltando cinco meses para as eleições tomam essa decisão", disse.

Segundo o parlamentar, a decisão do governo prova que oposição estava certa ao se opor à cobrança. "Manteremos o mesmo posicionamento que tivemos [contrário à taxa]".

O deputado Kim Kataguiri (Missão-SP) disse na tribuna da Câmara que a decisão do governo está relacionada com a proximidade das eleições. "Passa a eleição, aprova a taxa de novo", afirmou.

Kataguiri, no entanto, defende o fim do imposto - ele é autor de um projeto de lei que acaba com a cobrança. "Meu projeto pelo fim da taxa das blusinhas está aí há dois anos parado", disse.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da **Propriedade Intelectual** e Combate à **Pirataria** afirmou em nota que o fim do imposto enfraquece a indústria nacional. Sem a cobrança, disse a frente, "cresce a concorrência desleal com empresas brasileiras, que seguem submetidas a uma alta carga tributária."

Julio Lopes (PP-RJ), presidente da frente, disse que a entrada de produtos importados sem tributação inibe a competitividade, uma vez que as empresas nacionais seguem pagando impostos.

O anúncio feito de última hora no Planalto pegou de surpresa deputados da base do governo Lula. Quando Lula assinou a MP, parte da base estava mobilizada em uma audiência sobre o fim da escala 6x1, da qual participava o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

O chefe da equipe econômica deixou a Câmara sem comentar a decisão de Lula. Durigan disse que só comentaria o assunto depois de conversar com o presidente da República.

Dois deputados do PT disseram preferir não tratar do assunto publicamente para evitar desgastes - com o governo e com quem vê com bons olhos o fim do imposto -, mas admitem que a medida pode ter um efeito negativo sobre o varejo e a indústria.

A manutenção do programa Remessa Conforme, porém, é vista como um acerto e como uma medida que pode amortecer alguma repercussão ruim da isenção.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) disse que a revisão do imposto já era esperada e que a medida é importante. Segundo ele, a transição da reforma tributária (da qual ele foi coordenador do grupo de trabalho da regulamentação) solucionará a questão, pois o imposto de importação passará a compor a base do IBS e CBS.

Continuação: Taxa das blusinhas: isenção é eleitoreira, dizem deputados

A cobrança do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) passa a ocorrer no destino. "Sempre disse que a reforma tributária resolveria isso."

A chamada "taxa das blusinhas" entrou em vigor em 2024 por meio de lei que estabeleceu a taxa de 20% (em impostos federais) para compras internacionais de até US\$ 50 (R\$ 245) em plataformas internacionais como Shein, Shopee e AliExpress.

Para compras entre US\$ 50 e US\$ 3.000, a alíquota de imposto de importação é de 60%. Somado ao ICMS, imposto estadual, de 17% a 20%, a carga tributária chegou a aproximadamente 40% a 50% do valor do produto.

A MP não altera a tributação cobrada pelos estados sobre essas encomendas.

Desde que Lula começou a falar na possibilidade de rever a taxa, as varejistas brasileiras passaram a defender que mesmo com a taxa, as compras internacionais ainda pagariam menos da metade da carga tributária da indústria local.

A vigência da MP é imediata. Para virar lei, ela precisa ser aprovada em até 120 dias ou perde a validade.

## Em meio à crise, BRB firma aditivo de R\$ 42 milhões para uso da marca do Flamengo até 2027



Extrato publicado no Diário Oficial do DF desta quarta-feira (13) formaliza extensão de contrato de direitos de **propriedade intelectual** com o clube carioca até 2027.

O Banco de Brasília (BRB) publicou no Diário Oficial do Distrito Federal desta quarta-feira (13) um aditivo de contrato com o Flamengo para seguir usando a marca do clube.

g1 DF no WhatsApp.

A vigência do contrato foi prorrogada até 31 de março de 2027 e ocorre em meio a um cenário de dificuldades de liquidez e busca por capitalização. O valor do aditivo é de R\$ 42,3 milhões, conforme consta no extrato.

A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, mecanismo previsto em lei para situações específicas.

Distrital pediu esclarecimentos Em março, foram protocolados iniciativas para apurar a legalidade da renovação do contrato entre BRB e o Clube de Regatas Flamengo.



TCDF vai analisar tentativa de venda de ações de uma subsidiária do BRB  
TCDF vai analisar tentativa de venda de ações de uma subsidiária do BRB

No pedido, o deputado distrital Ricardo Vale (PT) solicitou mais transparência sobre contratos de patrocínio firmados, com atenção especial à parceria com o Clube.

Nos documentos encaminhados, o BRB informa que, somente em 2026, os contratos firmados somaram R\$ 3,2 milhões.

O banco apresenta justificativas técnicas para a escolha do clube carioca e destaca os seguintes pontos:

Torcida em todo o Brasil: Flamengo tem fãs no país inteiro, então o BRB aparece para muita gente de diferentes lugares. Aparece muito na mídia: o time joga campeonatos importantes e passa muito na TV e internet, o que dá mais visibilidade ao banco. Resultados anteriores: o BRB já teve parceria com o Flamengo e viu que funcionou bem para divulgar a marca. Ajuda a crescer no país: o banco quer ser mais conhecido fora de Brasília, e o Flamengo ajuda nisso - sem deixar de investir em times locais. Contrato dentro da lei: esse tipo de parceria é permitido e faz sentido porque ajuda a divulgar a marca do banco. Tudo foi analisado e registrado: o banco documentou as decisões e análises, mostrando que a escolha foi pensada e transparente. Segundo o BRB, há comprovação das contrapartidas previstas, como a exibição da marca e outras entregas acordadas com os parceiros.

Publicidade e Patrocínio

Continuação: Em meio à crise, BRB firma aditivo de R\$ 42 milhões para uso da marca do Flamengo até 2027

O BRB esclareceu ainda a distinção jurídica entre publicidade e patrocínio. Segundo a instituição, o banco não faz contratos de publicidade diretamente com clubes. Ou seja, ele não paga times como o Flamengo para fazer propaganda nos moldes tradicionais.



Funcionários do BRB são investigados por lavagem de dinheiro  
Funcionários do BRB são investigados por lavagem de dinheiro

Quando o banco precisa fazer publicidade institucional, isso é feito por meio de agências de publicidade, seguindo uma lei específica (Lei nº 12.232/2010). Essas agências intermediam as campanhas. Já os contratos com clubes são de patrocínio, não de publicidade.

A diferença é que o patrocínio serve para fortalecer a marca, dar visibilidade e atender objetivos estraté-

gicos (como se associar a um time popular), e não apenas para veicular anúncios.

Quanto aos pagamentos, esclarece-se que os desembolsos ocorrem de forma parcelada e condicionada, conforme previsto contratualmente.

Segundo o banco, todos os contratos de patrocínio firmados preveem, de forma expressa, contrapartidas relacionadas à exposição da marca BRB em uniformes, materiais promocionais, ativos digitais, transmissões e demais peças previstas contratualmente.

Pelo banco, participaram da formalização o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza e o diretor executivo de negócios digitais, Hugo Andreolly Albuquerque Costa Santos. Pelo Flamengo, assina o presidente Luiz Eduardo Baptista.

A gestão do contrato ficará sob responsabilidade de Taiana Ferreira da Silva, indicada como gestora no documento oficial.

COLMEIA:NIKOLAS FERREIRA: notícias sobre a região no g1 DF.



## Em Cannes, Demi Moore diz que combater inteligência artificial no cinema é 'uma batalha perdida'



Atriz defendeu adaptação da indústria ao avanço da tecnologia durante coletiva do Festival de Cannes e afirmou que a IA não substitui a "alma" da arte

A atriz Demi Moore afirmou nesta terça-feira que tentar impedir o avanço da inteligência artificial no cinema é "uma batalha perdida". A declaração foi feita durante entrevista coletiva do júri do Festival de Cannes 2026, onde a artista integra o grupo responsável por escolher o vencedor da Palma de Ouro deste ano.

Segundo Moore, a indústria audiovisual precisa encontrar formas de trabalhar com a tecnologia em vez de apenas combatê-la. A atriz reconheceu preocupações sobre a falta de proteção para artistas diante do crescimento da IA, mas defendeu que o caminho mais produtivo é a adaptação.



Demi Moore - Foto: Getty Images



Heidi Klum - Foto: Getty Images

- Acho que lutar contra isso é uma batalha que vamos perder. Mas isso não significa que não existam maneiras de encontrar formas de trabalhar com isso - afirmou a atriz.

A artista também argumentou que a inteligência artificial não consegue reproduzir o aspecto humano da criação artística. Para ela, existe um componente emocional e subjetivo impossível de ser substituído por máquinas.

79ª edição: Cannes estende tapete vermelho para maior festival de cinema do mundo e pode garantir vencedor no Oscar  
Veja fotos: Jane Fonda e a atriz chinesa Gong Li abrem a 79ª edição do Festival de Cannes



Continuação: Em Cannes, Demi Moore diz que combater inteligência artificial no cinema é 'uma batalha perdida'



Skye Hankey - Foto: Getty Images

O debate sobre o uso de IA no audiovisual ganhou força em Hollywood nos últimos anos, principalmente após greves de roteiristas e atores nos Estados Unidos, que cobraram regulamentação para proteger **direitos autorais**, imagem e remuneração diante do avanço de ferramentas generativas. Festivais e premiações também passaram a discutir limites para o uso da tecnologia em produções cinematográficas.

O Festival de Cannes, por exemplo, proíbe filmes feitos com inteligência artificial generativa na competição principal, embora o tema esteja cada vez mais presente nas discussões da indústria.

Além da discussão sobre IA, Moore também comentou temas ligados à liberdade de expressão artística durante a coletiva em Cannes. A atriz afirmou que a autocensura compromete a criatividade e a busca pela verdade na arte.

## Projeto destina recursos de músicas em domínio público para preservação cultural

Da Agência Senado | 13/05/2026, 08h11

O Projeto de Lei 153/2026 altera as regras sobre a destinação de valores arrecadados por associações de gestão coletiva de **direitos autorais**, como o Ecad, quando se trata de músicas em domínio público ou sem autor identificado. Pelo texto, apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES) neste mês, esses recursos deverão ser direcionados a entidades culturais e educativas voltadas à preservação e difusão de repertórios históricos.

Hoje, o dinheiro arrecadado com a execução pública de músicas é repassado aos titulares dos **direitos autorais**. Quando não há autor identificado, o valor fica retido por um tempo e, depois do prazo legal, pode ser distribuído a outros titulares cadastrados, mesmo que não tenham relação com a obra tocada.

Segundo o senador, há uma "lacuna histórica" na gestão desses valores. Para ele, permitir que recursos gerados por obras que pertencem ao patrimônio coletivo sejam redistribuídos de forma genérica ignora a função social da cultura.

Magno Malta cita como exemplo a hinologia cristã, composta por hinos tradicionais cantados há gerações em igrejas de todo o país. Obras como "Ao Deus de Abraão Louvai", "Cristo Já Ressuscitou" e "Sou Feliz com Jesus", de autores como Isaac Watts, Charles Wesley e Fanny J. Crosby, já estão em domínio público, mas continuam gerando arrecadação em cultos, transmissões on-line, rádios e eventos religiosos.

Para o autor do projeto, os valores arrecadados nesses casos deveriam financiar iniciativas de preservação, digitalização de acervos, formação musical e difusão cultural.

### Quem poderá receber os recursos

O texto não prevê benefício exclusivo a uma única instituição. A proposta estabelece que "entidades culturais idôneas, com finalidade estatutária compatível, atuação comprovada e compromisso com a transparência", poderão ser contempladas. O senador cita no texto como exemplo instituições que atuam na digitalização de acervos e formação musical.

### Função social das associações

O projeto também reforça que as associações de gestão coletiva exercem atividade de interesse público. Na avaliação do senador, a função social da gestão coletiva não deve se limitar à arrecadação e distribuição de valores, mas incluir ações que fortaleçam a memória cultural brasileira.

"Ao permitir que parte dos créditos retidos por aquelas associações de gestão coletiva seja destinada a instituições que se dedicam à preservação e difusão de repertórios históricos, o Estado reconhece que a função social da gestão autoral não se limita à proteção patrimonial dos autores, mas também inclui a responsabilidade de cuidar da memória cultural do país", aponta o senador.

O PL 153/2026 aguarda despacho para as comissões temáticas do Senado. Se aprovado, seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

## Shein e Temu entram em batalha judicial sobre cópia em escala industrial



A rivalidade entre Shein e Temu saiu do campo comercial e chegou oficialmente aos tribunais. As duas gigantes do ultra fast fashion agora se enfrentam em uma batalha legal no Reino Unido, com acusações de violação de direitos autorais em escala industrial e práticas anticoncorrenciais. O caso começou a ser analisado no High Court de Londres e já é tratado como um dos embates mais relevantes do e-commerce global recente.

Acusação envolve milhares de imagens



Temuera Morrison

A Shein afirma que a Temu utilizou milhares de fotos de produtos produzidas por sua equipe para promover peças semelhantes ou praticamente idênticas em sua plataforma. Segundo os advogados da empresa, cerca de 2.300 imagens teriam sido copiadas sem autorização, permitindo que a rival se beneficiasse de investimentos em fotografia, marketing e identidade visual.

A acusação descreve a prática como uma tentativa de "pegar carona" em uma concorrente já estabele-

cida e acelerar sua expansão no mercado britânico.



Temuera Morrison

Temu nega irregularidades e contra-ataca

A Temu, pertencente ao grupo PDD Holdings, nega as acusações de cópia deliberada. No entanto, a empresa optou por abandonar a defesa formal em relação a parte das imagens citadas no processo, o que chamou atenção durante as audiências iniciais.



Giancarlo Esposito

Em resposta, a Temu apresentou uma contra-ação, alegando que a Shein usa ações judiciais como estratégia para frear a concorrência. A empresa também pede indenização após ter sido obrigada a remover milhares de anúncios de produtos por decisão liminar solicitada pela rival.

Exclusividade de fornecedores entra no centro do debate



MIT cria o Y-Zipper, zíper em Y que permite imprimir robôs e estruturas 3D com rigidez ajustável

Outro ponto sensível do processo envolve a acusação de que a Shein teria amarrado fornecedores a contratos exclusivos, limitando a liberdade de produção e violando regras de concorrência. Essa parte do caso será analisada separadamente e tem julgamento previsto para o próximo ano.

O tema pode gerar repercussões maiores sobre como plataformas de moda lidam com fabricação sob demanda e cadeias de fornecimento globais.



Vídeo mostra épica batalha de sabres de luz no shopping e vira fenômeno online Vídeo mostra épica batalha de sabres de luz no shopping e viraliza

### Disputa vai além do Reino Unido

O processo em Londres é apenas um capítulo de uma batalha jurídica internacional. Shein e Temu já se enfrentaram em tribunais dos Estados Unidos e seguem sob observação de reguladores na Europa e em outros mercados estratégicos.



Filme Filme

Ambas cresceram oferecendo preços extremamente baixos, ciclos de produção acelerados e um volume massivo de lançamentos semanais.

Mudanças regulatórias pressionam o modelo de negócios



Imperial-Remnant-LEGO-Star-Wars-Capa LEGO Star Wars lança capacete do piloto AT-RT do Imperial Remnant inspirado em The Mandalorian

O embate acontece em um momento delicado para o setor. Recentemente, os Estados Unidos encerraram uma isenção alfandegária para encomendas de baixo valor, e a União Europeia planeja seguir o mesmo caminho em julho. Essas mudanças podem impactar diretamente o crescimento das duas empresas no curto prazo.

Um caso que pode redefinir o fast fashion online



---

Continuação: Shein e Temu entram em batalha judicial sobre cópia em escala industrial

BABYMETAL esgota ingressos e confirma retorno triunfal a São Paulo em novembro BABYMETAL esgota ingressos e confirma retorno triunfal a São Paulo em novembro

Especialistas acompanham o processo de perto, já que seu desfecho pode estabelecer precedentes importantes sobre proteção de **propriedade intelectual**, uso de imagens de produtos e concorrência no comércio eletrônico.

Enquanto o julgamento avança, a disputa entre Shein e Temu deixa claro que a guerra do fast fashion não é apenas sobre preços, mas também sobre quem controla a velocidade, a visibilidade e as regras do jogo no varejo digital global.

Veja mais sobre web.

Flávio CroffiJornalista Há Mais De Anos E Fundador Do Nerdizmo. Foi Editor Do Gamesbrasil

# Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais .....	1,2,3,8,11,12,13,18,19,20
Patentes .....	1,2
Pirataria .....	14,15
Propriedade Industrial .....	4,5,6,7
Propriedade Intelectual .....	1,2,4,5,6,7,9,10,14,15,16,17,21,22,23